



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 08/2010

-----Acta da reunião ordinária realizada aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez.-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e dez, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores, José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Aprovação da acta da reunião anterior.**
- 2. Intervenção do público.**
- 3. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 4. Ordem do Dia**
 - 4.1. Apreciação da Circular nº 43/2010-PBRAGA, remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às intempéries na Madeira – Apoio ao Município do Funchal.**
 - 4.2. Conhecimento da comunicação remetida pela Região de Turismo da Serra da Estrela, relativa ao Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, no âmbito do recurso da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, sobre a inclusão da Turistrela e da Malcatur na Assembleia Geral do Turismo da Serra da Estrela.**
 - 4.3. Apreciação da informação nº 068/2010/JG referente ao processo de obras do Instituto da Segurança Social, I.P., no que concerne a beneficiação e recuperação do Centro Infantil Favo de Mel – Isenção do pagamento de taxas pelo licenciamento (artº 12º, nº 1 da Lei nº 2/2007 e artº 10º, nº 1 da Tabela de Taxas do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.**
 - 4.4. Aprovação do Acordo de Princípios entre a DRABI e o Município de Manteigas referente ao Plano de Relançamento da Ovinicultura na Serra da Estrela.**
 - 4.5. Pedido de isenção das taxas de licenciamento de alteração de uma habitação colectiva, formulado pelo Condomínio do Bloco A do Bairro 25 de Abril.**



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 4.6. **Pedido de apoio financeiro formulado pela AFACIDASE para aquisição de equipamento.**
- 4.7. **Apreciação da informação nº 23/2010/EJAS referente à Habitação Social – Bairro do Campo de Santo António – Requerimento de Marco Alexandre dos Santos Soares.**
- 4.8. **Apreciação da informação nº 242/2009/JG referente à autorização municipal, para a instalação da infra-estrutura de estação de radiocomunicações – Estação Base de Manteigas, Penhas Douradas, requerida pelo SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A.**

5. **Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.**

Aprovação da acta da reunião anterior. -----

-----Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.-----

Intervenção do público. -----

-----O Senhor Alexandrino Estrela Ganilha felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela intervenção efectuada no jardim da Vila, promovendo a sua limpeza e a plantação de flores. -----

Solicitou a colocação de um banco na rua do Triunfo tendo em conta que as pessoas se sentam nos degraus das portas. Alertou que se trata de uma rua com dois sentidos e os idosos que estão sentados nas soleiras das portas, quando se levantam, correm o risco de se desequilibrar, cair para rua e sofrer um acidente.-----

Avisou que as ruas do Concelho já estão a ficar sujas e invadidas por muita erva. -----

Apresentou duas fotografias onde estão patentes duas situações e solicitou que a Câmara se pronunciasse sobre o que estava a expor.-----

Indagou sobre se a estrada que parte da Estrada Nacional até à Rua de São Marcos é de domínio municipal ou nacional.-----

-----O Senhor Presidente comentou que o Senhor Alexandrino Ganilha se mantinha atento e que presta uma ajuda preciosa ao Município.-----

Referiu que, no que diz respeito ao jardim da Vila, a limpeza foi iniciada e foram plantadas flores a fim de se modificar a imagem do mesmo, porque um jardim sem flores, não é um jardim. Informou que os trabalhos ainda não estão completos e que se aguardam algumas plantas e flores. Proferiu que a limpeza e manutenção do mesmo irá continuar, sendo extensível igualmente a todos os jardins do Concelho.-----

No que refere ao banco para a rua do Triunfo, informou que o Senhor Vereador Marco Veiga, já tinha tomado nota do assunto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne à invasão da erva, informou que já delineou, juntamente com o Encarregado dos Serviços Externos, um plano para efectuar uma intervenção em todas as ruas do Concelho, no sentido de se eliminarem as ervas que proliferaram devido à quantidade de chuva que caiu durante o inverno. Prosseguiu dizendo que choveu mais abundantemente durante o mesmo do que nos últimos doze anos, daí que a proliferação de ervas e pasto será maior do que nos últimos anos. Informou que a Câmara tem estado em contacto com pastores, cujos rebanhos circulam por algumas artérias da Vila no sentido de compreender quando deslocam os rebanhos para a serra. Aditou que todos os anos têm havido queixas, por parte dos mesmos, referentes a mortes de alguns animais, imputando o facto à eliminação das ervas com herbicida. Informou que o herbicida que vai ser usado este ano é o mesmo do ano anterior, visto que reúne todas as condições para protecção da saúde pública. No entanto, para maior precaução, só a partir do dia um do mês de Maio se procederá à sua aplicação, visto que é a partir desta data que eles se deslocam para a serra, deixando de circular na Vila, protegendo-se ainda mais, desta forma, o gado. Frisou que chamou, através do Encarregado, a atenção dos Cantoneiros de Limpeza, para a necessidade de não deixar crescer as ervas e, à medida que elas vão despontando serem arrancadas. -----

Prosseguiu dizendo que quanto à limpeza das ruas da Vila, poderá haver momentos, pela manhã, em que seja visível algum lixo nas mesmas, porém, este é retirado de imediato. Aditou que se o Senhor Alexandrino indicar algumas ruas em particular, onde provavelmente os cantoneiros vão menos vezes, identificá-las-á e a Câmara estará atenta em relação a essa matéria. -----

Em relação às fotografias apresentadas, comentou que lhe parecia ser a casa demolida pela Câmara Municipal, sita na rua das Carreiras. Acrescentou que, de facto, existe um amontoado de madeiras que serão retiradas, estando-se neste momento, a elaborar um projecto para o local. Salientou que haverá mais demolições visto que a Câmara adquiriu outra casa à entrada da rua, logo, o entulho será retirado do local. Clarificou que algum é recente e outro já lá estava, em virtude de já ter havido demolições. Esclareceu que é uma zona onde é extremamente complicado operar devido ao acesso difícil às máquinas e camionetas. -----

Em relação à segunda fotografia, referiu que apesar do Senhor Alexandrino não ter esclarecido qual o problema que pretendia focar, deduz que deve ser por causa da roupa estendida. Mencionou que esta situação deverá prejudicar mais quem vive no local do que, propriamente quem ali passa. Referiu que o Senhor Alexandrino não gostará de ver o estendal de roupa, porém, pensa que os moradores já foram chamados à atenção por diversas vezes, nomeadamente no mandato anterior, para terem mais cuidado. Considera que são situações que dificilmente se eliminarão, porém, a Câmara irá junto dos moradores a fim de os sensibilizar para



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que suprimam estes estendais. Frisou que já não é de agora e não se verifica somente neste edifício e que se fizer um passeio pela Vila, poderá verificar que nalgumas zonas se vê a roupa estendida nas fachadas. Clarificou que são hábitos que se criaram e que dificilmente se eliminarão. -----

No que respeita à estrada que parte da Estrada Nacional até à Rua de São Marcos, esclareceu que se pode entender como um troço da estrada nacional, no entanto, ela foi desclassificada e passou a ser municipal, sendo a sua manutenção da responsabilidade da Câmara Municipal. Informou que a estrada não se interrompe à entrada da Vila nem se reinicia à saída da mesma, sendo que a mesma tem continuidade e a marcação quilométrica se mantém, seja no exterior ou no interior urbano. Aditou que qualquer referência que tenha de ser efectuada, far-se-á sempre em relação aos marcos ali existentes porque não há descontinuidade, tendo em conta que a estrada continua não se interrompendo a medição das distâncias, porque se inicia a zona urbana. Acrescentou que a rua Dr. Sobral é a continuidade da Estrada Nacional.-----

Referiu que reparou que a marcação da E.N. 232 estaria errada antigamente, ou está-lo-á agora, tendo em conta que o marco do quilómetro cinquenta, colocado junto à Pousada de São Lourenço, está em desconformidade com o quilómetro cinquenta, reproduzido em sinalização de chapa metálica, cerca de um quilómetro mais abaixo. Saliu que já entrou em contacto com a Direcção de Estradas a fim de que se rectifique esta situação. -----

-----O Senhor vereador José Manuel Saraiva Cardoso mencionou que a distância, medida em quilómetros até ao cruzamento do Ginjal, reduziu; no entanto devem ter mantido os marcos com a distância anterior.-----

-----O Senhor Presidente aditou que a Câmara Municipal já mandou retirar as placas de sinalização antigas, nomeadamente os sinais de curva e contra-curva e sinais de perigo, que se encontravam derrubados na berma da estrada com sinais de abandono, tendo sido guardados para constituírem um espólio para o museu que venha a efectivar-se em Manteigas.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que a rua Dr. Sobral, actualmente é da Câmara Municipal visto que nesse troço a estrada foi desclassificada e agora é municipal. Antes, pertencia à Estradas de Portugal, porém, já estava numa zona urbana devidamente consolidada e, por esta razão foi-lhe atribuído o nome de Dr. Sobral. Prosseguiu informando que sucede o mesmo com a rua Dr. Esteves Carvalho que, estando na E.N. 232, parte dela, também pertence ao IEP.-----

Aditou que pensa que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda está a tentar que a E.R. 338 se ligue ao Concelho da Guarda, tendo o Senhor Presidente da Câmara acrescentado que seria com a abertura da Estrada Verde. -----

Período Antes da Ordem do Dia.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que quando foi questionada duas ou três reuniões de Câmara atrás, a percentagem da verba da compra da Sotave que seria outorgada aos trabalhadores da mesma, tendo sido esse o grande móbil imediato para a aquisição da empresa. Não tendo essa informação, solicitou que a Câmara tentasse saber qual é essa percentagem. -----

Relativamente à Águas Zêzere e Côa, S.A. comentou que sabe que existem créditos que foram reclamados pela Câmara sobre a AZC, S.A. e que também existirão débitos à empresa. Estando o assunto no Tribunal, indagou sobre quais foram os créditos que se reclamaram a favor da Câmara e, quais os débitos que existem neste momento. -----

No que concerne à Unidade de Engarrafamento de Água, cujo contrato também foi revisto e, aprovado e que irá ser presente à Assembleia Municipal, questionou se já existem valores estimados para receber, ou seja, à falta de dados da empresa quais são os valores constantes dos organismos que têm controlo sobre esta matéria. -----

Indagou se, relativamente ao abastecimento de água e resíduos dado que existem na contabilidade centros de custos, se a Câmara sabe qual é o custo final da distribuição da água, efectuada pelo Município, considerando todos os encargos e todas as receitas. Perscrutou o mesmo relativamente aos resíduos e que os mesmos lhe fossem fornecidos. Aludiu que, em função das respostas que venha a obter em relação a esta matéria, fará uma proposta: se a Câmara tem créditos sobre a AZC, S.A.; se a Unidade de Engarrafamento de Água vai pagar uma parte do custo da água para o Município para liquidação deverá haver uma redução nas tarifas de água e resíduos directamente proporcional aos montantes que a Câmara irá receber. --

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente à percentagem que os trabalhadores da Sotave irão receber, a informação será solicitada ao Sindicato a fim de ser facultada aos Senhores Vereadores. -----

Prosseguiu dizendo que no que se refere à Águas do Zêzere e Côa, S.A. ir-se-ão contabilizar os créditos e os débitos sendo prestada aos Senhores Vereadores a compilação da informação. -----

No que diz respeito à Unidade de Engarrafamento de Água de Mesa “Da Nascente” e aos custos finais dos serviços de água e resíduos, também se providenciará toda esta informação. Quanto às águas “Da Nascente”, o cálculo que poderá ser efectuado é baseado em valores que foram transmitidos pela empresa numa primeira fase porque não está, ainda, instalado o caudalímetro para se começar a contar a água de forma mais fidedigna. -----

No que concerne à redução das tarifas da água, referiu que antes de se receber qualquer importância em relação à água que se está a vender, não se pode fazer incidir sobre o preço da tarifa. Salientou que já foram efectuadas as contas relativamente à tarifa da água e analisou-se o método como estava a ser contabilizada a água paga à AZC, S.A.. Aditou que o sistema



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

contabilístico usado para distribuir valores da factura da água em alta pelos munícipes, tinha em conta a água vendida pela Câmara Municipal, ou seja, os munícipes estão a pagar, neste momento, a água que consomem e a água que é consumida pela Câmara Municipal. A Câmara deveria deduzir na factura final à AZC, S.A. aquilo que gasta consigo própria e indexar aos munícipes os valores que respeitam apenas ao seu consumo da água. Do seu ponto de vista, era um método contabilístico que não estava correcto e, com o novo método contabilístico, ir-se-á ter a possibilidade de trazer alguma redução nos preços da água. Aditou que tem estado à espera para resolver esta questão com a Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa e outras que estão pendentes, no sentido de verificar se há possibilidade de fazer incidir todos estes factores no preço da água. Salientou que é uma questão que preocupa a Câmara, sendo que se falou na mesma logo no início do mandato e, que não foi abandonada de todo. Reconheceu que todos os meses a Câmara tem problemas com a cobrança de água, havendo um número significativo de munícipes que, deixando de pagar a água, vêem-na cortada visto que a Câmara Municipal não pode proceder de outra forma. Acrescentou que existe, inclusive, um número significativo de munícipes que solicitam o pagamento faseado da factura de água que é incomportável. Salientou que é uma questão que preocupa o Executivo, à qual tem dedicado a necessária atenção. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia proferiu que, em relação ao assunto da água, de acordo com o documento aprovado pela Câmara que será presente à Assembleia Municipal, não sabe se é erro ou se não terá qualquer efeito colateral no que se refere: "...este contrato, ou esta revisão contratual tem efeitos após a sua assinatura...". Prosseguiu dizendo que, se não existe um contrato anterior, tem de ser cumprido. Não sabe se esta redacção será a mais correcta. Solicitou que mandasse rever a mesma, porque significa que se for assinado no mês de Maio, o intervalo entre datas fica sem qualquer cobertura em termos contratuais. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o próprio contrato reporta ao início do ano de dois mil e dez, tem efeitos retroactivos em termos de contagem para pagamento da água. Referiu que há uma cláusula no contrato que diz que começará a ser cobrada em Janeiro de dois mil e dez e os valores de referência serão os do primeiro mês após a assinatura do contrato, significando que se começarem a pagar no mês de Junho, os valores dos meses incluídos entre os meses de Janeiro e Junho serão os valores iguais ao mês de Junho. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia mencionou que só o tempo da exploração e outras clausulas é que terão efeitos somente a partir da assinatura. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que a Rodoviária Nacional teve sempre a intenção de diminuir a intensidade de transportes e das carreiras. Mediante as notícias



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que surgiram, questionou sobre se a Câmara terá conhecimento delas ou de alguma informação referente a mais suspensões ou reduções de transportes para a Covilhã, ou para a Guarda. ----- Prosseguiu dizendo que leu nos jornais que a cidade da Guarda já assinou o contrato de Desenvolvimento Social e, no seu distrito, já foram assinados contratos com os municípios de Seia e de Celorico da Beira. Afirmou que não sabe quais são as prioridades do Governo sobre esta matéria ou, se os problemas dos Municípios atrás descritos são mais graves do que os problemas do Concelho de Manteigas. É de opinião que se deve indagar, junto do Senhor Ministro, sobre a disponibilidade para celebrar um contrato de Desenvolvimento Social, também, com o Município de Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente clarificou, no que diz respeito ao assunto da Rodoviária Nacional, que a Câmara dirigiu um ofício à empresa, do qual foi distribuída uma cópia aos Senhores Vereadores, a indagar sobre a interrupção da carreira das dez horas e trinta. Referiu que teve conhecimento, por pessoas de Manteigas, que haverá essa intenção por parte da Rodoviária, nomeadamente um comerciante que recebe os jornais através desse transporte. Esclareceu que para além do ofício, tentou falar, pessoalmente, na Guarda, com o responsável da empresa, tendo-lhe sido comunicado que ele não estava. Proferiu que não está afastada a possibilidade de se falar com o responsável da Rodoviária da Beira Interior e, o que for respondido à Câmara definirá a sua actuação. Considera que não se podendo perder a carreira das dezasseis horas, que para além dos jornais e revistas que transportam, é também essencial para facultar o acesso aos autocarros de longo curso, nomeadamente o expresso com paragem em Belmonte.-- Informou que no que diz respeito ao Contrato de Desenvolvimento Social, que esteve numa reunião da plataforma supra concelhia da Segurança Social onde estas questões foram debatidas e onde, mais uma vez, manifestou a necessidade de ser definido para Manteigas, mais um Contrato Local de Desenvolvimento Social ou outro que tenha a mesma incidência, os mesmos conteúdos em termos de apoio e que venha solver algumas questões sociais no Concelho. Aditou que se falou na necessidade de rever o Diagnóstico Social tanto do Concelho de Manteigas como dos outros concelhos que fazem parte da plataforma e, da necessidade de definir novos planos de Desenvolvimento Social. Proferiu que esta questão foi levantada por ele próprio no sentido de se criar uma matriz para a caracterização de todos os Diagnósticos Sociais da região que fazem parte da plataforma, tornando-se mais fácil a articulação em termos de desenvolvimento de um Plano Social. No que diz respeito ao contrato de Desenvolvimento Social ficou expressa a preocupação da Câmara de Manteigas e do Centro Regional de Segurança Social da Guarda. Aditou que sabe que já intervieram eles próprios no sentido de se prever para Manteigas um Contrato Local de Desenvolvimento Social. Informou que dando cumprimento à pretensão da Câmara Municipal, o Dr. Martinho virá, brevemente, a Manteigas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

através da Associação Manteigas Solidária e colocar-se-á a questão, pese embora ele já a conheça. No que diz respeito ao Diagnóstico Social, informou que, na reunião que decorreu na Câmara sobre a Rede Social, alvitrou-se a possibilidade de as instituições se envolverem na revisão do Diagnóstico Social.-----

De seguida, prestou algumas informações sobre os seguintes assuntos:-----

No dia vinte de Abril, o Concelho recebeu a visita da Comissão Parlamentar do Ambiente, que visitou a mini-hídrica, onde se reconheceu, quer através dos representantes da Generg, quer pela presença dos próprios deputados, como um equipamento de grande importância para Manteigas, para a região e para o país, no que diz respeito à produção de energia. -----

No dia vinte e um deslocou-se à Assembleia da República onde efectuou uma promoção do Vale Glaciar, juntamente com o Município da Guarda, com produtos da zona Sul do Concelho da Guarda, a fim de promover em conjunto, para além do Vale Glaciar, também o *Green Tracks* e o queijo da serra. Salientou que aproveitou para levar alguns queijos de produtores de Manteigas, mas foi essencialmente para promover o Vale Glaciar de Manteigas junto dos Senhores Deputados. Houve a oportunidade de explicar as potencialidades do Vale Glaciar e houve uma forte recepção por parte dos Senhores Deputados, cerca de cento e cinquenta, no sentido de se envolverem e promoverem a votação no Vale Glaciar. -----

De seguida questionou os Senhores Vereadores se se lembravam de, durante o mandato anterior, terem feito algum despacho a isentar o Inatel do pagamento da factura referente aos transportes efectuados, durante o ano de dois mil e nove, com vários grupos de idosos alojados no mesmo, que percorreram as imediações da Serra da Estrela. Referiu que foi informado pelos Serviços de que o transporte foi efectuado e que teria sido autorizado o seu débito. Aditou que já foi efectuada uma pesquisa, sem sucesso, a fim de se encontrar o despacho. Aludiu que necessitava de saber se existiria algum compromisso da Câmara Municipal, visto que o actual Executivo não tinha emanado qualquer ordem nesse sentido, porque não seria correcto enviar-se a factura, quando anteriormente houve um acordo para a cedência de transporte. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que efectuou vários despachos a ceder o autocarro da Câmara, no sentido de os idosos se poderem deslocar às compras a Manteigas, ou irem à missa aos domingos, tendo em conta que o Inatel também oferecia algumas contrapartidas nas suas instalações. Porém, não se recordava de nada referente à visita à Serra. Informou que era habitual a Câmara Municipal colaborar com o Inatel nessas situações, em termos de reciprocidade. -----

Ordem do Dia -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apreciação da Circular nº 43/2010-PBRAGA, remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às intempéries na Madeira – Apoio ao Município do Funchal.-----

-----O Senhor Presidente informou que se trata da Circular nº 43/2010-PBRAGA, remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às intempéries na Madeira – Apoio ao Município do Funchal. Salientou que estamos numa época de contenção financeira, não tendo o Município de Manteigas condições financeiras para prestar a ajuda solicitada. Acrescentou que, muito embora o Município de Manteigas não tenha sofrido o cataclismo que sofreu a Madeira, também necessita de ajuda, visto que atravessou momentos de sobressalto durante as últimas chuvadas que assolaram o Concelho e que preocuparam o Executivo, porque as valetas de São Sebastião não foram devidamente limpas pelos Serviços Florestais; observe-se os entupimentos que ocorreram e, não fosse a pronta intervenção dos funcionários da Câmara Municipal e dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, não sabe o que poderia ter acontecido em determinada zona do Concelho. Manifestou a sua séria preocupação e lamentou ter de referir que ainda se estão a apurar dívidas da Câmara em relação a obras e facturação do passado, porque, para além do que já anunciou em termos de dívida que foi contabilizando, tem, neste momento, um cálculo da dívida muito superior. Aditou que não se refere aos compromissos que ficaram para execução de obras contratualizadas e que ainda não estão feitas, tendo em conta que havia contratos assinados, que têm de ser assumidos. Refere-se apenas e só, à facturação que vai chegando aos serviços de contabilidade, referente a dívidas contraídas durante o anterior mandato. Manifestou preocupação relativamente a essas dívidas que já estavam contraídas as quais não estavam ainda contabilizadas e não faziam parte da respectiva relação. Espera, na próxima reunião ter condições para dar mais informação. Esta situação, bastante preocupante, deixa a Câmara sem qualquer possibilidade de ajudar, seja a quem for. -----

Expôs que a Embeiral apresentou mais uma factura no valor de cento e vinte mil euros referente ao ano passado. As Construções Rei Preto apresentaram uma factura no valor de setenta e seis mil duzentos e trinta e seis euros, outra da Proengel que também não estava contabilizada no valor de oitenta e seis mil euros, outra da Dicrafel referente aos gradeamentos da Estrada da Senhora dos Verdes, no valor de sessenta e sete mil e vinte e três euros, mais cento e dezasseis mil euros da demolição da Etar, cuja factura chegou à Câmara há poucos dias, e os PERID's que já transitaram de dois mil e seis, dois mil e sete e dois mil e oito que foram pagos tendo em conta que já havia trabalhos realizados, havendo dívida contraída, pelo que têm de ser pagos, no valor de oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta e nove euros. Aditou que facultará a relação destas dívidas e, no que diz respeito aos compromissos através dos contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assinados no mandato anterior, acresce mais setecentos e vinte mil, novecentos e oitenta e nove euros. As dívidas que ultimamente apareceram, somam a quantia de quinhentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e dois euros, a somar ao milhão e trezentos mil euros que já havia sido contabilizado no início do presente mandato. Ressaltou que este facto coloca a Câmara numa situação que mostra claramente que não se pode ajudar a Madeira e, conseqüentemente, solicitou a opinião dos Senhores Vereadores sobre esta questão. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia considera que a solidariedade que o Município de Manteigas pode dar, é estar com o povo da Madeira, mais concretamente, com o povo do Funchal. Parece-lhe que já há uma verba disponibilizada pelo Governo, juntamente com a União Europeia para que, efectivamente, se obvie às grandes dificuldades, podendo, o Município de Manteigas efectuar uma intervenção simbólica. Essa intervenção seria tão simbólica, tão sem significado, que faria com que o Município ficasse mal visto. É de opinião de que se deve manifestar a solidariedade do Município, porém atendendo à dimensão e condição do mesmo, efectuar-se-ia somente através de uma palavra amiga. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que em relação às dívidas, fazia-lhe uma confusão muito grande que, repetidamente, se fale nas mesmas e que os serviços não tenham conseguido apurar as dívidas no momento da posse, tendo em conta que dispõem de todos os instrumentos para o efectuar. Prosseguiu dizendo que não há factura que entre na Câmara Municipal, que não tenha cabimento prévio e requisição. Aditou que, neste caso, seria necessário verificar o que ainda não possuía factura e efectuar o somatório, permitindo assim o apuramento da dívida de todas as requisições. Alegou que esta tarefa se executa em dez minutos. Aditou que em relação às obras materiais, também seria fácil, visto que se solicitaria junto dos serviços a informação porque só há facturas depois de haver autos de medição que são elaborados pela Câmara Municipal. Proferiu que o auto de medição é previamente elaborado, assim sendo, a Câmara tem prévio conhecimento do que lá vem mencionado, ou senão, de outra forma não há factura. Na sua opinião é fácil o apuramento e, os serviços têm os meios adequados para informar devidamente o Senhor Presidente sobre a situação financeira da Câmara Municipal, na altura em que tomou posse. -----

----- O Senhor Presidente retorquiu que afinal o Senhor Vereador Cardoso, não põe em causa os valores da dívida, mas o funcionamento dos serviços. Informou que ele, Presidente da Câmara, não introduziu até determinado momento, novas formas de funcionamento dos serviços, porém, há questões que já foram alteradas e cada um tem a sua forma de gestão. A falha que, porventura, possa ter havido nos serviços, que o Senhor Vereador tinha acabado de referir que lhe fazia confusão, tem a ver com a falta de conhecimento do actual Executivo que não teve conhecimento atempado das dívidas que transitavam do ano de dois mil e nove, não



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tendo sido dado, também, a eles próprios, Senhores Vereadores que, quando terminaram o mandato anterior, referiram uma dívida muito inferior à que realmente existia. Desconhece se o anterior Executivo seria detentor da realidade e se teria conhecimento real das dívidas da Câmara e o quis ocultar, porque afinal, a dívida da qual lhe deram conhecimento, era muitíssimo inferior. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso afirmou que possuía uma listagem do último dia do mandato, que contempla as facturas que já tinham dado entrada na Câmara e que ainda não estavam pagas. Proferiu que é evidente que por mês entram nesta Câmara cento e oitenta mil, duzentos mil euros de dívidas para pagar, veja-se a execução orçamental e, se se dividir por doze, verifica-se que todos os meses, a Câmara gasta, falando em contos, entre cento e cinquenta a duzentos mil contos por mês. Frisou que havia obras em curso e, lembrou a obra do campo de futebol, a obra dos balneários do campo de futebol, as obras do Bairro Social do Outeiro, as obras das estradas que estavam a decorrer, as obras do Clube de Caça e Pesca. Considera que só estas quatro equivalem a um volume financeiro muito considerável. Proferiu que a maior parte desta despesa, não havendo autos de medição, não estava paga. Não havia autos de medição, não havia factura, não havia dívida. Informou que os fornecedores não apresentaram os autos de medição para serem conferidos pela Câmara Municipal, tendo questionado os serviços técnicos diversas vezes sobre quando é que a Embeiral começava a apresentar os autos dos trabalhos do campo de futebol. Sugeriu que se verificasse as datas e vê-se que os autos de medição são posteriores à data da tomada de posse, a não ser uma situação excepcional de impedimento dos serviços. Saliu que aconteceu com o anterior Executivo e há-de acontecer com o actual Executivo e, reforçou que houve fornecedores que apresentaram facturas ao fim de três meses, após a prestação dos serviços.-----

-----O Senhor Presidente retorquiu que tal não corresponde à verdade, visto que a dívida não estava reconhecida no serviço de contabilidade, no entanto, ela existia tendo em conta que já estavam feitas as obras. Proferiu que do ponto de vista do Senhor Vereador seria fácil, visto que, não se elaborado autos de medição, não se contabiliza a dívida. Esta afirmação, só vem dar razão ao que ele, Presidente da Câmara, tem afirmado quanto aos valores em causa. -----
Prosseguiu dizendo que ficava a informação e que faria chegar os valores aos Senhores Vereadores, mais apuradamente. Referiu que, se os serviços estavam a funcionar mal, passarão a funcionar melhor. Reconheceu que existia uma falha porque, pese embora as facturas não estivessem no serviço de contabilidade, já existia a dívida, já estava contraída e se houve falha, a responsabilidade não pode ser atribuída aos serviços, mas sim a quem no mandato anterior geria a Câmara. O mínimo que se exigia é que quando o anterior Executivo cessou o mandato, tivesse dado conhecimento real dos compromissos da Câmara para o futuro. Prosseguiu



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dizendo que com a experiência que vai adquirindo com estes acontecimentos terá todo o cuidado de perceber, claramente, como deixa a Câmara, quando tiver que haver um *terminus* de um mandato e transferência de responsabilidades para outras equipas. -----

Concluiu o assunto referindo que o Senhor Vereador lhe poderá dizer que, pode ser atraído por uma deficiente forma de funcionamento, no entanto, ir-se-á melhorar a nível da contabilização financeira. -----

-----Após análise, a Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, e atendendo à dimensão e condição financeira em que se encontra actualmente o Município, manifestar a sua solidariedade através de uma palavra amiga. -----

Conhecimento da comunicação remetida pela Região de Turismo da Serra da Estrela, relativa ao Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, no âmbito do recurso da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, sobre a inclusão da Turistrela e da Malcatur na Assembleia Geral do Turismo da Serra da Estrela. -

-----O Senhor Presidente informou que se trata apenas de dar conhecimento à Câmara Municipal, que o Tribunal Central Administrativo do Sul não deu provimento ao recurso apresentado por algumas Câmaras da área de turismo da Serra da Estrela, sobre a inclusão da Turistrela e da Malcatur na Assembleia Geral do Turismo da Serra da Estrela. -----

Apreciação da informação nº 068/2010/JG referente ao processo de obras do Instituto da Segurança Social, I.P., no que concerne a beneficiação e recuperação do Centro Infantil Favo de Mel – Isenção do pagamento de taxas pelo licenciamento (artº 12º, nº 1 da Lei nº 2/2007 e artº 10º, nº 1 da Tabela de Taxas do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

-----Foi presente a Informação nº 068/2010/JG, referente ao pedido de isenção de taxas de licenciamento previstas no Regulamento Municipal, correspondente ao Processo nº 8/2010, do Instituto da Segurança Social, I.P., no âmbito da beneficiação e recuperação do Centro Infantil Favo de Mel. -----

-----Considerando que o pedido tem enquadramento legal na Lei das Finanças Locais – Lei nº 02/2007, artº 12º, nº 1 e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Tabela de Taxas (artº 10º, nº 1) –, o Senhor Presidente propôs isentar das taxas previstas no Regulamento Municipal, o processo supra referenciado. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia frisou que estaria convicto, se calhar erroneamente, de que os serviços da Administração Central, ou com ela conectados, não têm de pagar taxas, nem sequer de pedir parecer sobre edificação e urbanização. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, abordou um assunto, que não tinha nada a ver com a isenção das taxas, mas que queria referenciar porque dizia respeito ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Infantário. Relatou que, já tinha colocado a questão à Senhora ex-Ministra da Educação, tendo em conta que a Carta Educativa de Manteigas recomendava que houvesse uma articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério dos Assuntos Sociais, no sentido de potencializar a utilização do Infantário Favo de Mel. Prosseguiu dizendo que a Carta Educativa referia que, avaliando estatisticamente o número de alunos, todas as crianças, desde o berçário até ao princípio do ensino básico, uma vez que o Infantário tem capacidade para noventa a cento e vinte pessoas, deveriam ser todas alojadas no mesmo edifício, rentabilizando os espaços, numa economia de escala mais rentável. As tentativas não foram bem sucedidas e, desconhecendo o que este Executivo pensa sobre o assunto, coloca à reflexão porque será possível disponibilizar toda esta estrutura à Câmara Municipal para outras finalidades. Aditou que o Ministério da Educação tem tudo menos o berçário, ficando este por resolver. -----

-----O Senhor Presidente agradeceu a exposição do Senhor Vereador e salientou que, neste momento, a preocupação do actual Executivo é em relação à decisão que o Instituto de Segurança Social irá tomar, no que diz respeito a este equipamento, nomeadamente no que se refere à sua gestão. Esclareceu que a Segurança Social tem vindo a abandonar a gestão destes equipamentos em muitas localidades do País, porque alegam que não é competência da Segurança Social a gestão dos mesmos. Frisou que há intenções de os transferir para as Câmaras Municipais. Elucidou que ainda não existe nada mencionado por escrito, tendo-lhe sido anunciado verbalmente, ao que respondeu que a Câmara não estaria, neste momento, disposta a assumir a gestão daquele equipamento sem haver um contrato celebrado entre a Câmara e a Segurança Social, que ofereça garantias à Câmara para gerir o equipamento. Realçou que não se deve entregar o mesmo à Câmara para que ela faça a sua gestão com o seu próprio orçamento. Considera que qualquer transmissão de gestão tem de ser acompanhada de um pacote financeiro. O Instituto de Segurança Social não o faria sem esse acompanhamento, no entanto, é preciso saber quais são os montantes, e quais são as cláusulas de um contrato de cedência de gestão para a Câmara Municipal. Salientou que sem um documento desse tipo não se analisará absolutamente nada, nem se dará qualquer anuência para que este processo progrida. Provavelmente, um dia a Câmara será confrontada com uma pretensão deste tipo, que será analisada em reunião de Câmara e aí ter-se-á a oportunidade de se efectuar as alterações ao nível da complementaridade e da junção das valências. -----

-----Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, isentar das taxas previstas no Regulamento Municipal, o processo supra referenciado. -----

Aprovação do Acordo de Princípios entre a DRABI e o Município de Manteigas referente ao Plano de Relançamento da Ovinicultura na Serra da Estrela. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Foi presente o Acordo de Princípios entre a Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior e o Município de Manteigas referente ao Plano de Relançamento da Ovinicultura na Serra da Estrela, no sentido de proteger e promover a marca de denominação de origem protegida “Serra da Estrela”. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que, não são apresentados custos nesta fase mais imediata. É pedido que a Câmara se esforce no sentido de incentivar o marketing da Serra da Estrela. Pensa que qualquer acção que se venha a desenvolver no futuro, pese embora a assinatura do acordo, e que tenha custos previstos, será analisada caso a caso. Das Associações e Câmaras presentes, só as Câmaras de Manteigas e da Guarda não assinaram o acordo de princípios, porque se entendeu que não deveria ser assinado sem ser primeiro presente a reunião de Câmara para conhecimento dos Senhores Vereadores. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso proferiu que não está perfeitamente definido qual o papel da Câmara Municipal no meio deste processo. Sugeriu que se desafiasse o Senhor Engenheiro Moreira para apresentar algo parecido para a caprinicultura, que neste momento faz tanto sentido como a ovinicultura. -----

----- O Senhor Presidente afirmou que irá efectuar essa referência e informou que na passada Sexta-feira esteve no Sabugal, com o Senhor Ministro da Agricultura e o Senhor Secretário de Estado das Florestas e Ambiente Rural. Referiu que várias questões foram discutidas, deu a conhecer ao Senhor Secretário de Estado as preocupações da Câmara Municipal de Manteigas em relação ao potencial económico da floresta do Concelho. Frisou que estas questões se entre ligam, não se podendo dissociar a pastorícia da silvicultura e da floresta do Concelho. Acrescentou que as faixas de contenção, as redes primárias e secundárias, estão em franca evolução no Concelho de Manteigas neste momento e, prevêem através do projecto EEAGRANTS que haja uma parceria com os pastores, no sentido de eles próprios manterem essas faixas de contenção limpas, através da pastorícia. Isto significaria um valor acrescentado para eles, que ficam com pastagens mais acessíveis facilitando o trânsito do próprio gado e sem custos e, teria o benefício para o Concelho de se manterem as faixas de contenção, tanto da rede primária como secundária, completamente limpas. Estas questões não se dissociam uma da outra. Comunicou, igualmente, ao Senhor Secretário de Estado, que no passado dia vinte e um reuniram em Manteigas, a solicitação da Câmara, os responsáveis da Autoridade Nacional Florestal, tendo em conta que não se viu abertura suficiente por parte dos responsáveis distritais para se discutirem as questões da floresta. Prosseguiu dizendo que existe uma matriz nacional que os técnicos distritais entendem que deve ser aplicada em Manteigas. O que se passa a nível de prevenção de incêndios, e a nível de tratamento da floresta, a nível de planeamento florestal no Alentejo, não tem, no seu ponto de vista, de ser exactamente a mesma coisa que se há-de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

passar em Manteigas. Salientou que Manteigas é um território totalmente diferente dos outros territórios nacionais. Citou por exemplo que se se fosse cumprir a implementação da rede secundária de faixas de protecção e de contenção aos incêndios florestais, ter-se-ia de limpar vinte metros para cada lado da estrada e isso não se aplica nem no Souto do Concelho, nem na zona Norte do Concelho de Manteigas, ou senão, ter-se-ia de limpar a encosta toda. O que está matriciado para o país não se pode aplicar no Concelho de Manteigas. A Câmara tem vindo a colocar estas questões aos técnicos distritais que não entendem bem a mensagem. Pretende-se que, com a experiência local, haja alterações legislativas no sentido de criar medidas de excepção em termos de cumprimento para o Concelho de Manteigas, tanto no que diz respeito à protecção contra os fogos florestais, como no que diz respeito à reflorestação do Concelho. Prosseguiu dizendo que se sabe que existem áreas ardidadas há alguns anos, que não tiveram a mínima intervenção. Tudo isto foram questões que têm vindo a ser atendidas por parte da Autoridade Nacional Florestal. Informou que houve uma reunião, há um mês e meio com os responsáveis da autoridade florestal em Manteigas, a pedido da Câmara Municipal. Posteriormente, no dia vinte e um pela manhã efectuou-se uma reunião, em Manteigas, onde estiveram presentes: o Presidente, a Vice-Presidente, dois directores nacionais e um director regional da autoridade nacional florestal. Prosseguiu dizendo que deu conhecimento disso ao Senhor Secretário de Estado, que já estava ao corrente porque o Senhor Presidente da Autoridade Nacional Florestal já lhe tinha transmitido. Solicitou-lhe que marcasse o mais brevemente possível, umas jornadas de reflexão e debate acerca das florestas e foi-lhe garantido que iria verificar a possibilidade de estar presente em Manteigas, durante a primeira quinzena do mês de Junho, havendo assim a possibilidade de se colocarem todas estas questões. Considera que será importante estar a Câmara presente para debater com eles e fazer valer as pretensões do Município e as especificidades do Concelho de Manteigas que têm de ter um tratamento diferente do resto do País, no que diz respeito à protecção da floresta. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia considera que a floresta e as linhas de água em Manteigas têm um grande problema. Proferiu que, por conhecimento pragmático, há cerca de três anos, ou quatro, no ribeiro de Sameiro, uma das árvores que ladeiam a linha de água estava a menos de um metro do leito. Ameaçava cair, havendo a necessidade de a cortar. Alguém o fez para prevenir um incidente, no entanto, a pessoa foi multada. Logo a seguir, houve uma grande cheia em Sameiro que resultou no avassalamento do campo de jogos, porque uma dessas árvores, cujo corte não foi permitido sob pena de ser aplicada outra coima no valor de trezentos euros, gerou o incidente que se viu. A floresta e as linhas de água em Manteigas são *sui generis* em relação ao resto do País e não podem ser consideradas da mesma maneira. Referiu que é notório que o rio, porque não tem as linhas de água cuidadas, (veja-se a jusante e



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a montante de Sameiro, designadamente num terreno que é propriedade da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, não sabe com precisão) já está altamente desgastado e com erosão absoluta e visível e, na Relva da Reboleira, propriedade da Câmara Municipal, está patente uma erosão que vai ser contínua e se outra medida não houver que aconselha, através dos trabalhadores da Câmara, fazer o estacamento das margens do rio em determinados percursos que se veja conveniente. Comentou que não se deveria fazer um estacamento como o que foi efectuado em Vale de Amoreira, em que as estacas eram pernadas de pinheiro secas. Estacaram como se estivessem a estacar no sentido tradicional da palavra, em vez de estacarem com as árvores próprias do rio, que são enterradas como estacas, para depois ganharem raízes. Referiu que existem algumas zonas que, se não se acautelarem, poderão sofrer danos, falando somente das zonas que são limítrofes da propriedade da Câmara Municipal, ou Juntas de Freguesia. Manifestou o seu acordo com o Senhor Presidente na forma como apresentou a questão e que venham ver, de facto, como é a floresta do Concelho de Manteigas e as linhas de água, sendo que o Parque Natural, sobre essa matéria, de acordo com o Plano de Ordenamento, tem obrigações relativamente à floresta, ao rio e às linhas de água. Se toda a gente se juntar é muito bom e, que Manteigas seja considerada excepção relativamente às regras gerais anónimas e apócrifas do resto do País. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que estranha a ausência do Parque Natural da Serra da Estrela na subscrição do Acordo de Princípios, tanto mais que desde que o Parque foi constituído têm sido feitos estudos para melhoria das pastagens para além das competências que lhe estão atribuídas neste domínio. Na sua opinião haverá toda a vantagem em associar o Parque Natural a estes projectos visando uma melhor articulação entre todas as entidades. -----

-----O Senhor Presidente corroborou o que o Senhor Vereador Biscaia disse, ressaltando que junto ao meridiano 750, o rio galgou uma das margens e “comeu” uma área significativa de terreno privado. A Câmara interveio em devido tempo nessa área, porém tudo voltou ao mesmo, porque não há forma de contenção se não houver uma faixa ripícola junto ao rio. Aditou que essa questão já foi tratada pela Câmara juntamente com os proprietários do terreno que solicitam nova intervenção sendo que não é a Câmara que tem de intervir. Prosseguiu dizendo que no entanto, interveio a primeira vez e por conseguinte, atribuem a responsabilidade à Câmara para uma segunda intervenção. Um dos proprietários é licenciado nessa área, o Senhor Engenheiro Direito que conhece bem o rio, o nosso Concelho e as matérias em apreço e, chegou-se à conclusão que se não houver uma faixa ripícola bastante extensa ao longo do rio continuar-se-á a ter problemas. São questões que se irão colocar a quem de direito e no devido tempo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Analisada a Proposta, a Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Princípios entre a DRABI e o Município de Manteigas referente ao Plano de Relançamento da Ovinicultura na Serra da Estrela. -----

Pedido de isenção das taxas de licenciamento de alteração de uma habitação colectiva, formulado pelo Condomínio do Bloco A do Bairro 25 de Abril. -----

-----A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, retirar o ponto da Ordem do Dia, para melhor apreciação.-----

Pedido de apoio financeiro formulado pela AFACIDASE para aquisição de equipamento.----

-----Foi presente pela Afacidase um pedido de apoio financeiro para aquisição de equipamento.

-----O Senhor Vice-Presidente informou que se trata de um processo que já vem de trás, estando já cabimentada a verba; o apoio tem que ver com os melhoramentos que a Afacidase efectuou no equipamento. Submeteram uma candidatura ao programa MASES e receberam determinada verba, no entanto, ficaram deficitários em dezanove mil e seiscentos euros. Face ao exposto, propôs a concessão de um apoio financeiro no montante de cinco mil, duzentos e cinquenta euros. -----

-----O Senhor Vereador, José Manuel Custódia Biscaia afirmou que é um grande defensor do sector social, da Afacidase e de todas as IPSS que tratam de processos sociais. Proferiu que o Senhor Presidente e o Dr. Cardoso tinham falado na Segurança Social e na plataforma social. Sobre esta matéria referiu que é preciso que se considerem os diversos contratos possíveis de desenvolvimento social e, a Câmara Municipal associa-se com muito gosto e continuará a associar-se a matérias deste género. Saliu que as dificuldades económicas e sociais existem em todo o País e, que invadem também o Concelho de Manteigas. Defende que se apoie a Afacidase e as outras IPSS e que o Município de Manteigas nunca virou costas a este procedimento. A Santa Casa da Misericórdia é já a maior empresa do Concelho, mais do que a própria Câmara Municipal, e se se juntar o Centro de Dia de Sameiro, o Lar de Vale de Amoreira, e o futuro serviço de cuidados continuados, não tem grandes dúvidas de que o sector social vai ganhar em Manteigas uma grande predominância. Considera que isto imporá que o Diagnóstico Social equacione inúmeras hipóteses que se poderiam ver em Manteigas, tais como uma boa localização e condições para desenvolvimento deste sector de apoio social aos mais carenciados e aos menos carenciados dentro e fora do Concelho. Não tem nada a opor à proposta do Senhor Vice-Presidente, no entanto, quis recordar sem ter nenhum estado de alma, nem pessoal, nem do seu local de origem, que o Centro de Dia de Sameiro, a propósito da implantação de energia solar para águas quentes, terá pedido um subsídio à Câmara Municipal. Solicitou que, se houver uma hipótese, vista por elementos da tutela, se possa reequacionar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mesmo pedido, visto que também têm grandes dificuldades financeiras. Referiu que foi informado do assunto na qualidade de Presidente da Assembleia Geral do Centro de Dia. -----

-----O Senhor Presidente confirmou a recepção do pedido formulado pelo Centro de Dia de Sameiro, e informou que foi respondido não existir enquadramento orçamental no momento. Prosseguiu dizendo que já foi efectuada uma revisão orçamental e que já falou com o Senhor Padre Sérgio, no sentido de o esclarecer em relação a esta matéria. Aditou que está previsto um apoio, que corresponde não a tudo quanto está a ser solicitado, será um apoio para um equipamento idêntico ao da Afacidase, para Sameiro. Oportunamente a questão será tratada e será presente a reunião de Câmara.-----

-----Foi proposto, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a concessão de um apoio financeiro no montante de cinco mil, duzentos e cinquenta euros. -----

-----A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade atribuir o apoio financeiro de conformidade com a proposta apresentada.-----

Apreciação da informação nº 23/2010/EJAS referente à Habitação Social – Bairro do Campo de Santo António – Requerimento de Marco Alexandre dos Santos Soares. -----

-----A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, retirar o ponto da Ordem do Dia, para melhor apreciação. -----

Apreciação da informação nº 242/2009/JG referente à autorização municipal, para a instalação da infra-estrutura de estação de radiocomunicações – Estação Base de Manteigas, Penhas Douradas, requerida pelo SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A.-----

-----O Senhor Presidente informou que relativamente a este assunto já haveria uma anuência formal por parte do Executivo anterior, no sentido da colocação da infra-estrutura, porém não teria tomado nenhuma decisão em relação a esta matéria, visto que o terreno onde será colocada a infra-estrutura está em litígio, no pressuposto de que a Câmara ao defender a posse do terreno, o faz com legitimidade.-----

-----Foi proposto, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que seja autorizada a instalação da infra-estrutura de estação de radiocomunicações – Estação Base de Manteigas, Penhas Douradas, requerida pelo SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A., mediante o pagamento das taxas, tendo em conta que também já tem parecer favorável do Instituto de Conservação da Natureza. -----

-----A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, autorizar a instalação da infra-estrutura de estação de radiocomunicações – Estação Base de Manteigas, Penhas Douradas, requerida pelo SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A.. -----

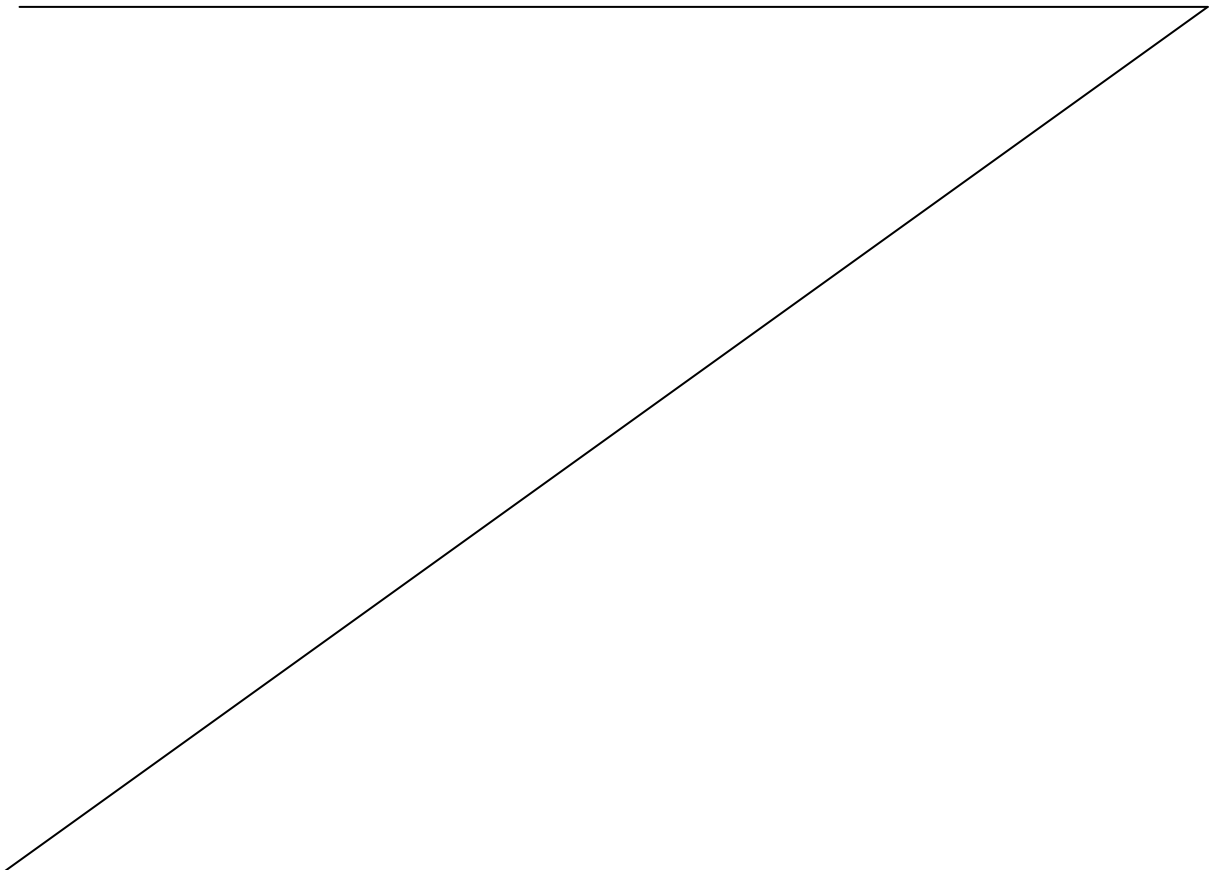


CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Finanças Municipais.-----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de trezentos e dezoito mil, quinhentos e doze euros e dezasseis cêntimos (€ 318.512,16).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e cinco minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

